



46

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
PERNAMBUCO

Ata da décima nona sessão ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

1. As treze horas e quinze minutos do dia quatro de fe
2. vereiro de mil novecentos e oitenta e três (4.2.1983), -
3. nesta Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, presentes
4. os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Presidente Ge
5. raldo Magela Dantas Campos e Desembargador Vice-Presiden
6. te Pedro Ribeiro Malta; Juízes de Direito: Doutor Oneval
7. do Fernandes Maia e Doutor Demócrito Ramos Reinaldo; Ju
8. iz Federal Doutor Petrúcio Ferreira da Silva; Juristas:-
9. Doutor Romualdo Marques Costa e Doutor Manuel Cavalcanti
10. de Albuquerque Sá Netto, e a Procuradora Regional Eleito
11. ral, Doutora Dalva Bezerra de Almeida Campos, comigo, I
12. vancil Constantino da Silva, Diretor-Geral da Secretaria
13. foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão anterior, foi
14. aprovada depois de nela inserir-se a seguinte ementa: -
15. "...Juristas: Doutor Romualdo Marques Costa e Doutor Ma
16. nuel Cavalcanti de Albuquerque Sá Netto, Juiz Substitu
17. to, na vaga criada em decorrência do afastamento do Dr.
18. Arthur Cezar Ferreira Pereira..." Passou, a seguir, S.
19. Excia. o Desembargador Presidente a palavra ao Juiz, Dr.
20. Petrúcio Ferreira da Silva, que relatou o seguinte fei
21. to: PROCESSO nº 442/82, Classe XVII. MANUEL MARCOS CHA
22. GAS AROUCHA FILHO, requerendo a sustação da proclamação
23. dos eleitos em 15.11.82, tendo em vista a falta da apura
24. ção da urna da 9a seção da 98a zona - Carnaíba. Ditos au
25. tos estão apensados ao PROCESSO nº 76/83, Classe VII. MA
26. NOEL MARCOS CHAGAS AROUCHA FILHO recorrendo contra a di
27. plomação dos candidatos recorridos, pelos motivos que
28. expõe. Em sessão de 7.1.1983, estes mesmos autos vieram
29. a julgamento, decidindo o TRE, unanimemente, desprezada
30. a preliminar suscitada pela Procuradoria (oralmente) de
31. não conhecimento do recurso de ofício, para se conhecer
32. do mesmo, nos termos do voto do relator. Conhecendo o re
33. curso de ofício nos termos do Parecer oral do Procurador,
34. no mérito, contra o voto do Dr. Onevaldo Maia, foi o jul
35. gamento convertido em diligência, no sentido de o Juiz
36. Relator determinar a renovação da perícia, cabendo-lhe
37. inclusive nomear perito para tal fim. Decisão independen
38. te de acórdão. Em sessão de 25.1.1983, voltaram mais uma
39. vez estes mesmos autos a julgamento, sendo adiado o jul
40. gamento a pedido do Juiz Manuel Cavalcanti Albuquerque
41. Sá Netto, que pediu vista dos autos, depois do voto da
42. turma que indeferiu preliminar suscitada da tribuna pela
43. advogada do recorrido, para que fosse o julgamento con
44. vertido em diligência, para ser dada vista às partes so
45. bre o resultado da perícia. Em sessão de 27.1.1983, mais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
PERNAMBUCO

46. uma vez apreciados por este TRE os mesmos autos, decidiu-se, pelo voto de qualidade do Desembargador Presidente, divergindo do Relator e do Dr. Arthur Cezar Ferreira Pereira e do Dr. Manuel Cavalcanti, desprezar a preliminar para se proceder à perícia grafotécnica na ata de votação da urna. No mérito, contra os votos do Dr. Demócrito Reinaldo e do Dr. Onevaldo Maia, deu-se provimento ao recurso de ofício para apurar-se a urna, validando-se os votos se fosse o caso. Foi designada uma Junta Especial, Presidida pelo Juiz, Dr. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, para apurar a referida urna neste TRE. OBS.: O Procurador manifestou-se oralmente, no sentido de anular a urna, reformulando o seu parecer de fls. Condicionou-se a validade da votação da urna a não existência de outros elementos que comprovassem a existência de fraude. Decisão independentemente de acórdão. Após o relatório do Processo, usou da palavra o Adv. Dr. João Monteiro Filho, representando os interesses de Joaquim de Barros Primo. DECISÃO: Por unanimidade de votos, resolveu, o TRE, acompanhando integralmente o Parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, negar provimento ao recurso interposto por MANOEL MARCOS CHAGAS AROUCHA FILHO contra a diplomação, invalidando a votação da 9ª seção da 98ª zona (Carnaíba), referente à urna 30-1943, em face da existência de fraudes comprovadas, encaminhando-se a documentação referente à mesma votação à Polícia Federal para apuração da responsabilidade criminal de quem for encontrado em culpa. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, do que, para constar, eu, *[assinatura]* Diretor-Geral da Secretaria, mandei lavrar a presente que vai devidamente assinada.

[Assinaturas manuscritas]
Oliveira
Reinaldo
Onevaldo
Manoel
Marcos
Chagas
Filho
João
Monteiro
Filho
Diretor-Geral
da
Secretaria